

OPERAÇÃO DE PREDICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ALGUNS OBJETOS LINGÜÍSTICOS\*

*Letícia Marcondes Rezende Robert*

FAPESP

I.

Tomando como ponto de partida a análise de relativas fornecida pela Gramática Tradicional formulei o seguinte problema:

Por que a Gramática Tradicional nos diz que certas predicções feitas por relativas são dispensáveis ou redundantes para compreensão de enunciados complexos que contêm relativas? Os exemplos oferecidos de predicação redundantes são enunciados genéricos ou casos limites de relativas explicativas como: "O leite que é branco faz bem a saúde", "O homem que é mamífero tem uma temperatura constante". Relativas restritivas, ao contrário, são sempre indispensáveis à compreensão do enunciado complexo que contêm relativas. Esta observação pode parecer banal, no entanto penso ser reveladora da teoria gramatical que está implícita nas análises tradicionais.

Como justificar a afirmação de que toda uma predicação (relativa) pode ser dispensável à compreensão do enunciado?

Parece-me oportuno dizer que dentro da perspectiva teórica que adoto - Teoria das operações enunciativas de A. Culioli - é fundamental a noção de predicação e os processos de construção de uma noção semântica. Uma noção como "carro" tem todas as propriedades de um predicado - predicado de um lugar - ou seja, "( ) ser carro" , que nos dá ao mesmo tempo a sua fronteira ou seja "tudo o que for carro", notado  $P/\bar{P}$  . É preciso compreender que "carro" não é um objeto ingenuamente bem delimitado no espaço e que como linguistas trabalhamos com problemas ligados à atividade simbólica e não com problemas ligados diretamente à realidade física, pois quando produzimos/reconhecemos enunciados podemos associar ao objeto "carro" outras experiências vividas. A referência dos objetos lingüísticos não deve ser buscada de modo direto nos objetos do universo físico mas é uma construção feita através da experiência individual sobre os objetos do mundo físico e mental. É neste sentido que usarei no texto a palavra extra lingüístico. O extra-lingüístico entendido deste modo seria uma espécie de material disponível para a atividade da linguagem. A notação  $P/\bar{P}$  não é o positivo e o negativo de um predicado. O complementar  $\bar{P}$  construído sobre  $P$  não é tudo que não é  $P$ , ou todo universo menos  $P$  mas uma porção do universo organizado. Por exemplo: "Eu leio vários

romances de 2<sup>a</sup> feira a 6<sup>a</sup> feira". Podemos inferir: "E isto, por acaso, é ler?".

"E, por acaso, você acha que isso são romances?"

O problema coloca-se sobre o valor do termo "ler" porque normalmente damos um valor sem perceber que fizemos a extensão do domínio passando de "ler" a qualquer outro predicado e podendo mesmo inferir: Na realidade, você não lê. Ou ainda, "Tal médico não escreve suas receitas"isto pode significar que as dá oralmente OU que as rabisca: A negação nos dá, ao mesmo tempo uma determinação, quer dizer, isto não tem tal propriedade mas isto permite associar de maneira indeterminada todo um conjunto de outras operações.

Resumindo, uma noção se apresenta como um aberto e uma das primeiras operações de determinação é fechar através de um ato discursivo este aberto que apresenta a noção.

Na tradição filosófica que sustenta as afirmações da Gramática Tradicional, pelo contrário, o conceito "carro" é definido como um conjunto fechado de propriedades definitórias de "carro" dadas a priori, como em um dicionário. Parece-me ser este o quadro teórico que está implícito em afirmações do tipo: "predicações redundantes", "predicações dispensáveis". O locutor que produz e reconhece um enunciado é um indivíduo que vive em um espaço físico determinado, em um momento histórico preciso e que conhece de antemão as propriedades definitórias de "carro". O universo linguístico é um decalque do universo físico. As relações significado/significante são estáticas em relação a um momento histórico preciso. O que me parece interessante assinalar é que as coisas ficam configuradas neste extremo somente para estas afirmações "predicação redundante", "predicação dispensável". Isto porque, no caso da análise das restritivas, as operações linguísticas de predicação são vistas mais ou menos independentemente das propriedades dos objetos no universo físico.

O que podemos concluir é que as análises da Gramática Tradicional não são feitas sempre em relação direta linguístico/universo físico ou mesmo extra-linguístico no sentido exposto acima, mas que não há consciência explícita de um aparato enunciativo (locutor-espaco-tempo) responsável pela construção de expressões linguísticas através de operações de predicação, ou melhor, não se coloca explicitamente que os objetos do mundo físico e mental entram nas construções dos objetos linguísticos permeados pela experiência do indivíduo que produz e reconhece um enunciado. A falta de consciência explícita deste aparato enunciativo leva a deslizes nas explicações: ora se analisam as relativas tendo em conta as propriedades dos objetos no extra-linguístico, principalmente as propriedades do mundo físico, ora se vêem as relativas como operações linguísticas de predicação feitas por locutores em situação de enunciação. É preciso estabelecer um nível de análise mais abstrato onde todo este material do extra-linguístico (propriedades dos objetos do mundo físico, mental, ou mesmo propriedades de objetos que já são resultados de uma atividade da linguagem) possa ser tratado e explicado do mesmo modo, ou seja será o material disponível à construção de objetos linguísticos através de predicações feitas por locutores em situação de

enunciação .

Neste primeiro nível, abstrato teríamos a relativização, um mecanismo formal de tematização do predicado ou de cesura em um domínio nocional. Neste nível tanto restritivas quanto explicativas ou enunciados genéricos teriam um mesmo tratamento e estes três tipos de predicação seriam pois indispensáveis à compreensão do enunciado do complexo que contém relativas. Em um segundo nível onde temos de fazer a distinção restritiva/explicativa o extra-lingüístico é fundamental e o material neutro do primeiro nível tem de ser necessariamente diferenciado. Vemos que o aparato enunciativo (locutor-tempo-espço) é o responsável pela distinção restritiva/explicativa e fica também mais compreensível porque no caso dos enunciados genéricos as predicções podem ser dispensáveis. A razão desta redundância é o consenso subjacente de todos os locutores quanto à causalidade das noções semânticas envolvidas. Tanto o contexto no sentido amplo (extra-lingüístico) quanto o contexto discursivo exercem um papel fundamental na distinção restritiva/explicativa. Assim a tematização parcial do predicado no caso da relativa restritiva, quantifica o argumento, que no momento anterior à predicação feita pela relativa não estava quantificado. A tematização parcial do predicado no caso da relativa explicativa cria uma oscilação do predicado com marcas aspectuais e modais uma vez que o argumento, no momento anterior à predicação feita pela relativa já estava quantificado.

Postular a existência deste aparato enunciativo abstrato pode nos levar a um outro extremo, ou seja, o locutor é livre para predicar o que quiser e construir objetos lingüísticos como quiser independentemente das propriedades dos objetos no extra-lingüístico.

Penso que estes extremos podem ser resolvidos através de uma articulação entre uma *liberdade teórica* que deve ser proposta de início, pois a *linguagem*, que se supõe ser uma atividade simbólica, é uma reconstrução teórica feita pelo linguista, e *restrições de ordem prática*, que nos impõem as *línguas naturais* enquanto instituições históricas.

Deste modo, dentro da perspectiva teórica (linguagem) podemos através de operações de predicação postular uma certa liberdade (em relação às propriedades dos objetos no extra-lingüístico) na atribuição de propriedades aos objetos lingüísticos, ou em um nível mais abstrato postular certa liberdade no estabelecimento de uma relação entre "uma noção" e "outra noção". E dentro desta perspectiva teórica, é objeto lingüístico tudo o que se delimitar como objeto lingüístico. Este enfoque é importante para dar conta do fenômeno relativização, fenômeno abstrato e anterior à distinção restritiva/explicativa.

Na perspectiva prática (línguas naturais) temos de postular que as "noções" possuem "sentidos" relativamente estáveis que garantam a comunicação entre os indivíduos do grupo, ou seja, as atribuições de propriedades aos objetos lingüísticos (em relação às propriedades dos objetos no extra-lingüístico) se farão dentro de certos limites, ou em um nível mais abstrato postular restrições no estabelecimento de uma relação entre "uma noção" e "outra noção". A partir deste enfoque podemos explicar alguns ca

los limites de relativas explicativas (geralmente os exemplos oferecidos pela Gramática Tradicional) e os enunciados genéricos (cf. Robert Leticia, 1982). Nestes casos pelo fato de certas "noções" ocorrerem sempre próximas umas das outras acaba-se criando uma relação de *causalidade* entre estas "noções".

Parece-me que a distinção entre as construções "restritiva" e a "explicativa", vistas como objetos lingüísticos construídos através de operações de predicação feita por locutores em situação de enunciação, coloca em xeque a articulação entre lingüístico e extra-lingüístico, entre linguagem e línguas naturais.

## II

Quando dizemos que uma relativa é "explicativa" ou "restritiva" estamos utilizando como critério de análise a nossa intuição, resultado de nossa experiência pessoal com as "noções" em causa. Esta intuição está relacionada com nossa experiência extra-lingüística e com a existência de "sentidos" relativamente estáveis que delimitam as "noções" de uma língua. Mas em um determinado momento de análise esta experiência pessoal com as "noções" tem de ser posta de lado e o que nos interessa são as operações de determinação<sup>3</sup> envolvidas na produção de uma relativa. O resultado destas operações de determinação é quantificar as "noções", delimitá-las (restritivas) ou localizá-las em relação a uma aparato enunciativo (explicativas). São estas operações de determinação que têm de ser destacadas como "lingüístico" e que temos de supor serem "mecanismos da linguagem". Construir um conteúdo ou uma *significação* é estabelecer relação (através de operações de predicação) entre "uma noção" e "outra noção" (estas "noções" são providas de "sentidos"). O que me parece importante lingüísticamente e o que deixa marcas das operações subjacentes parece ser: não a relação entre uma tal noção e uma outra tal noção *mas sim* "quantas vezes" uma noção<sub>i</sub> é relacionada com uma noção<sub>j</sub> e com que "grau de certeza" a noção<sub>i</sub> é relacionada a noção<sub>j</sub> (de um modo mais concreto poderíamos substituir a noção (i) por um objeto lingüístico e a noção (j) por suas propriedades). É como se tivéssemos de usar um conteúdo como meio para descobrir a forma pela qual tal conteúdo foi construído.

## III

Apresentarei em (A) o processo de construção de expressões relativas restritivas e em (B) de relativas explicativas. Este processo será descrito em três etapas de construção que chamarei informalmente de SITuação 0, SITuação 1, SITuação 2.

O mecanismo utilizado é o mesmo tanto no processo efetuado nos exemplos de (A) como de (B), ou seja:

SITuação 0: colocação de uma "noção" como ela se encontra dentro de um contexto discursivo.

SITuação 1: organização de uma classe de elementos nos exemplos de (A)

ou

organização de uma classe de eventos nos exemplos de (B)

SITuação 2: Singularização de um objeto lingüístico, ou seja:

-quantificação para os exemplos de (A), construindo os valores referenciais do enunciado, ou seja, a sua significação.

-localização em relação a um aparato enunciativo para os exemplos de (B), construindo os valores referenciais do enunciado ou seja a sua significação.

As "noções" que entram nos pontos iniciais (SITuação 0) destas duas construções são "noções" de ordem diferente.<sup>4</sup> E isto podemos perceber quando trabalhamos com as relativas dentro de um contexto discursivo amplo. Há uma noção de primeira ordem como: "o que for menino", "o que for maçã" (restritivas), e uma noção de segunda ordem como: "o menino" "a maçã" (explicativas). No primeiro caso o determinante é uma diáfora, ou seja um objeto que vai ser construído; no segundo caso o determinante é uma anáfora, ou seja um objeto que já foi construído.

Na SITuação 1 e na SITuação 2 o mecanismo é semelhante para as duas construções, mas como as noções introduzidas no início são de ordem diferente, o resultado também o será.

A.

Tentarei analisar o processo de construção de: "Nós dispomos apenas dos registros que foram publicados em documentos oficiais". Suponho que o processo seja semelhante a outras *relativas restritivas* como por exemplo: "Ele não merece a respeito com que é discutido no jornal", "A instituição alerta para o fato de que o relatório é incompleto" "Não gostei das apresentações que foram feitas este semestre", etc.

No caso da relativa restritiva parece que temos de fazer tábula rasa das experiências que temos com uma "noção" dentro de uma língua dada e começar do grau zero de construção.

Assim temos:

SITuação 0:

1º passo:

o que for  $\emptyset$  registro // o que não for  $\emptyset$  registro

Na expressão <sup>1</sup>o que for <sup>2</sup> $\emptyset$ registro" ou ainda "( <sup>1</sup> ) ser <sup>2</sup> $\emptyset$ registro" a ocorrência 2 de "registro" é uma propriedade, e este tipo de construção nos obriga a procurar "os objetos que têm a propriedade de serem registros". E isto leva-nos à elaboração de uma lista (classe) de objetos *que existem* e que *têm a propriedade de ser registros*. Neste nível temos um primeiro corte notional separando: "os elementos que são registros dos elementos que não são registros". Todas as operações daqui para frente serão efetuadas somente sobre a primeira parte da expressão acima.

2º passo:

1 2 1 2  
0 que for  $\emptyset$ registro são os registros que forem  $\emptyset$ registros

"0" e "0s" são diáforas que determinam de antemão os objetos que estamos querendo construir: "o que for". O determinante  $\emptyset$  marca a propriedade "ser registro", "ter características de registro".

Em cima do conjunto de elementos que ficou estabelecido no primeiro passo continuo as operações de predicação. "0 que for registro" é um conjunto aberto, ou seja "0 registro" vai se delimitar enquanto objeto através das propriedades que lhe são atribuídas na atividade discursiva. Aí temos:

1 2 1 2 1  
"0 que for  $\emptyset$ registro são os registros que forem  $\emptyset$ registros e os registros que forem  $\emptyset$ registro são os registros que forem  $\emptyset$ registros..."

Este tipo de construção nos leva ao infinito e o único modo para sairmos disto é no processo de interlocução ou seja no diálogo, tentando construir uma pergunta que nos leve a um estado posterior de construção do objeto lingüístico, onde nos será fornecido "as características de registro". No esquema argumentativo acima, a ocorrência "registro" no espaço físico de argumento (1) esquerda e precedido de determinante (o-os) é nome ao contrário, a ocorrência "registro" no espaço físico de predicado (2) direita e precedido de determinante( $\emptyset$ ) é propriedade. O esquema argumentativo, em quanto forma, determina muito mais as categorias do que as próprias noções semânticas. Assim a mesma noção semântica dependendo do lugar físico que ocupa dentro do esquema argumentativo poderá ser argumento ou predicado e os determinantes, resultado de operações subjacentes marcarão estas posições.

4º passo:

Trata-se da elaboração de uma questão a partir do esquema anterior:

a\*0s registros que são registros são / os registros que são registros...

b\*0s registros que são registros são / os que?

c\*0s registros que são registros são que os?

d\*0s registros que são registros são quais?

e\* Quais são os registros que são registros?

f Quais são os registros? ( )<sup>5</sup>

5º passo:

SITUAÇÃO 1

Trata-se da elaboração de uma lista onde são atribuídas propriedades a "registro". Estas propriedades são atribuídas de modo relativo. Há neste nível um outro corte nocional dividindo os elementos que têm a propriedade e os que têm outra

propriedade ( $P/\bar{P}$ ), criando assim uma classe de objetos. Esta operação é conhecida como operação de "extração".

Hã  $\emptyset$ /uns registros que foram publicados em documentos oficiais que P que P /sit<sub>1</sub>/

Hã  $\emptyset$ /outros registros que foram publicados em outros lugares que  $\bar{P}$  que  $\bar{P}$  /sit<sub>2</sub>/

Hã  $\emptyset$ /outros registros

....

Neste esquema "haver" marca uma existência discursiva e não extra-lingüística. Seria difícil atribuir propriedades a um objeto se ele não existisse de algum modo. Ele precisa existir, pelo menos, no universo do discurso para que em seguida possamos atribuir-lhe propriedades. "Hã" neste esquema, marca esta operação de "colocação" de objetos no discurso e não interessa se o objeto existe ou não no extra-lingüístico. Tanto o determinante " $\emptyset$ " como "um" que podem preceder "registro" no esquema acima, oferece-nos uma tipologia ou ainda uma classe de objetos com certas características. Esta posição de argumento de "registro" neste esquema ainda não nos oferece um objeto singular mas uma tipologia. Na realidade é um argumento ainda com ares de predicado:

Hã  $\emptyset$ /uns registros que P que P que P

Hã  $\emptyset$ /outros registros que  $\bar{P}$  que  $\bar{P}$  que  $\bar{P}$

....

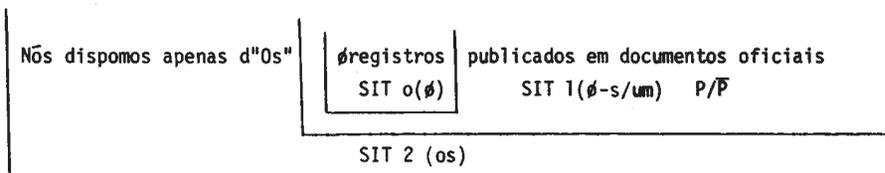
significa "há um tipo de registro" e dentro desta tipologia pode-se ainda desmembrar vários objetos singulares.

6º passo:

SITuação 2

Neste nível, o das operações enunciativas, temos a singularização de um objeto. É onde conseguimos ter uma delimitação em termos de medida quantitativa ou qualitativa. É neste processo de singularização do objeto lingüístico que obtemos os valores referenciais ou seja a significação do enunciado. Estes valores referenciais são sempre relativos ao mundo intersubjetivo dos locutores. Parece-me que neste nível temos uma saturação nos processos de determinação, a medida que, sendo o último passo, entram em cena os elementos dêiticos (locutores, espaço, tempo).

Assim temos a construção final da relativa: uma situação nova de discurso SITuação 2 - "Nós dispomos apenas" - que seria uma espécie de operador mais abrangente executando uma operação de "flechagem" em uma das ocorrências de sit em SIT 1. Como marca desta operação temos a transformação do determinante "um" ou " $\emptyset$ " de SIT 1 em "Os" de SIT 2. Assim:



"os" nesta construção final nos oferece um limite, uma determinação para além da qual não é mais possível avançar. Embora linguisticamente eu não precise saber a que numeral específico corresponda "Os registros". A construção está saturada, ela não nos oferece mais possibilidades de desmembrar os elementos através de novas predicções. "Nós não dispomos dos registros que foram publicados em documentos oficiais" se delimitam em oposição a "outros registros que P". Parece-me que as relações obtidas deste nível para a frente serão sempre intersubjetivas, como:

Não sabia que dispúnhamos apenas d'Os registros que foram publicados  
 EU NÓS  
 em documentos oficiais."

ou ainda

Ele disse-me que não sabia que dispúnhamos apenas d'Os registros que  
 ELE EU ELE NÓS  
 foram publicados em documentos oficiais."

B.

Tentarei analisar o processo de construção de relativas explicativas. Enconramos dentro do contexto discursivo deste tipo de relativas uma "noção" já determinada.

Assim em:

1- As tribos indígenas são dizimadas progressivamente pelo capitalismo agrário que acaba por absorvê-las em mão de obra.

Temos:

SITuação 0

"O capitalismo agrário" (que existe)

SITuação 1

Trata-se da elaboração de uma classe de eventos:

- 0 capitalismo agrário absorve as tribos indígenas (E isto é um evento) sit i ( ti )
- 0 capitalismo agrário absorve as tribos indígenas (E isto é outro evento) sit j ( tj )
- 0 capitalismo agrário absorve as tribos indígenas (E isto é outro evento) sit k ( tk )

Para uma grande parte dos enunciados é difícil separar a relação predi

cativa (SITuação 1) da relação enunciativa (SITuação 2), pois as relações apresentam-se imbricadas. A separação é um artifício de análise. Assim as marcas verbais de modo, tempo e aspecto deste exemplo já pertencem ao nível enunciativo, pois de certo modo nos dá uma localização temporal do fato descrito na relação predicativa que deveria ser neutro em relação a um aparato enunciativo. A marca de presente em "absorve", por exemplo, localiza o fato lingüístico "O capitalismo agrário absorve as tribos indígenas" em uma série de pontos que se aproximam do momento da enunciação e nos oferece uma caracterização do processo "absorver": acontecimento progressivo e inacabado. Esta localização temporal é do domínio enunciativo. Mas de que modo descrever a relação predicativa deste enunciado sem não oferecer ao mesmo tempo as marcas de operações enunciativas? A relação predicativa deveria ser qualquer coisa como "um fato lingüístico aconteceu em algum lugar e em algum momento possível". A relação enunciativa é a localização deste evento ou fato em relação a um aparato enunciativo (locutor-espaco-tempo).

#### SITuação 2

As tribos indígenas são dizimadas progressivamente pelo capitalismo agrário que acaba por absorvê-las em mão de obra.

Na constituição do enunciado ao nível da relação enunciativa o locutor retoma "os eventos" da SITuação 1 (sit i (ti), sit j (tj), sit k (tk) e relata-os moldando-os, ou seja deixando sua marca. Assim o locutor através de seu momento de enunciação <sup>o</sup> coloca um limite no processo "absorver" que é dado na relação anterior como contínuo e inacabado (absorve e absorve e absorve e...). O locutor localiza o fato no espaço e no tempo em relação ao seu discurso atual, mostrando que o estado resultante "acaba por absorver" está dentro de um processo e que antes não era assim. Supondo que o locutor disse o enunciado no momento t-1 antes se refere a t-1, e saber a que momento preciso do extra-lingüístico corresponde t-1 não tem grande interesse do ponto de vista lingüístico. A noção semântica "absorver" que está ocupando a base predicativa neste enunciado permite ser medida, ser determinada do seguinte modo: tentar absorver, começar absorver, não conseguir absorver, acabar por absorver... É a re construção desta porção de universo conceitual que nos dá os valores referenciais do enunciado, ou seja, a sua significação. Esta reconstrução é uma continuidade da mesma noção semântica "absorver". Os limites seriam absorver/não absorver. Há uma oscilação aspectual. A noção semântica "absorver" está sendo medida através de determinantes, sem no entanto haver passagem definitiva para uma outra noção. Se tivéssemos uma mudança para outra noção distinta na base predicativa, provavelmente teríamos uma distribuição quantitativa de "O capitalismo agrário" em: um capitalismo agrário, outro capitalismo agrário, outro capitalismo agrário... As marcas aspectuais incidem sobre objetos já quantificados. As duas ocorrências do argumento tanto para "que acaba por absorver" (SITuação 2) como para sua reconstrução complementar "que tentava absorver" (SITuação 1 (sit i sit j sit k...)) são co-referentes, dizem respeito ao mesmo objeto lingüístico colocado em SITuação 0 "O capitalismo agrário".

Em

2- E onde ficam nisto tudo os trabalhadores rurais que nunca tiveram poder político?

Temos:

SITuação 0

"Os trabalhadores rurais" (que existem)

SITuação 1

Os trabalhadores não têm poder político (um evento) sit i (ti)

Os trabalhadores não têm poder político (um evento) sit j (tj)

Os trabalhadores não têm poder político (um evento) sit k (tk)

SITuação 2

E onde ficam nisto tudo os trabalhadores rurais que nunca tiveram poder político?

"Nunca" é a marca resultante de uma operação enunciativa. Esta operação é a seguinte: Em qualquer ponto que se enfocar de um contínuo de tempo iniciado em SIT 1 (sit i (ti), sit j (tj), sit k (tk)) até o momento em que o locutor está organizando o enunciado complexo (SITuação 2) a relação estabelecida na SITuação 1 (Os trabalhadores não têm poder político) continua a ser validada. Estas ocorrências vão se aproximando de  $t_0$  (momento da enunciação) e "nunca" é o determinante de base predicativa que resume quantitativamente estas ocorrências.

Em

3- Não aprecio os boatos que continuam aborrecendo Maria

Temos:

SITuação 0

"Os boatos" (que existem)

SITuação 1

(evento)

Os boatos aborrecem Maria (isto acontece uma vez) sit i (ti)

(evento)

Os boatos aborrecem Maria (isto acontece outra vez) sit j (tj)

(evento)

Os boatos aborrecem Maria (isto acontece outra vez) sit k (tk)

SITuação 2

Eu não aprecio os boatos que continuam aborrecendo Maria

Na constituição da relação enunciativa temos uma localização temporal destas ocorrências em relação ao momento de enunciação. Esta operação de localização é efetuada ao mesmo tempo que é introduzido um operador mais abrangente, no caso uma modalidade apreciativa: "Eu não aprecio".

#### IV

Podemos concluir dizendo que na gramática tradicional não existe uma articulação explícita entre linguagem/línguas naturais. As análises propostas não deixam claros os pontos de vista e os critérios que as determinam. Deste modo o fenômeno "relativização" (fenômeno abstrato e relacionado com a atividade da linguagem) é desconhecido das Gramáticas Tradicionais. A relativização (tematização parcial de um predicado) é que permite analisar de modo abrangente e unificado restritivas, explicativas, enunciados genéricos. Estes três tipos de enunciados são antes de tudo "construções de objetos lingüísticos através de operação de predicação".

Destes três tipos de enunciados a construção restritiva parece ser mais básica, ou seja a predicação feita pela relativa restritiva é exatamente construir o objeto lingüístico que não está construído, o que estaria bem próximo ao fenômeno abstrato relativização. A análise da construção da relativa restritiva feita pela Gramática Tradicional não apresenta problemas quando se tenta fazer uma articulação entre linguagem/línguas naturais. Tomando por base o processo de construção das restritivas, a Gramática Tradicional oferece como exemplo de explicativas alguns casos que considero casos-limites de explicativas e enunciados genéricos como os exemplos da do no início do artigo. É neste ponto que a análise das Gramáticas Tradicionais se complica. O que poderíamos chamar causalidade, exemplo "o homem que é mamífero tem uma temperatura constante", ou seja, a ocorrência de certas "noções" sempre próximas a "outras noções" (fenômeno relacionado muito mais com a organização de uma língua natural e sua relação com o extra-lingüístico do que com a atividade da linguagem em si) é o que a Gramática Tradicional diz serem "predicações redundantes" "predicações dispensáveis" fazendo uma confusão entre a atividade da linguagem e as línguas naturais. O "forte" dos exemplos de explicativas que contêm o argumento já quantificado e a tematização do predicado resultando em marcas aspectuais e modais não é mencionado.

Em resumo: É a ausência de uma articulação explícita entre linguagem / línguas naturais que impede a Gramática Tradicional de explicitar o fenômeno relativização. É a falta de explicitação do fenômeno relativização que impede de unificar as três construções (restritivas, explicativas, enunciados genéricos) em uma única explicação. É ainda a falta de explicitação da relativização que impede de ver o fenômeno "causalidade" e é o que leva a Gramática Tradicional a fazer afirmações do tipo "predicação redundante", predicação dispensável".

## NOTAS:

\* Este artigo foi feito a partir da tese de doutoramento "Contribuição ao estudo das relativas". Universidade de Paris, VII - 1980

1. O aspecto é uma categoria que recobre quatro ordens de problema:

I. *Modo do Processo* - que nos remete a "noções" (é o "aktionsart" do alemão), quer dizer que um mesmo acontecimento é representado de um mesmo modo que pode variar de uma língua para outra. Todas as línguas distinguem duas formas de acontecimento:

"uma parede rochosa que se gasta pouco a pouco"

e

"um galho que se quebra bruscamente"

Isto vai ser representado por predicados, *pré-verbos* ou *pós-verbos*.

II. Problemas que incidem sobre *modalidade*

III. Problemas que incidem sobre *quantificação*

IV. Problemas que incidem sobre a *topologia do tempo*, entendido no sentido técnico do termo, quer dizer que, tendo uma fronteira entre dois domínios, vamos ter elementos exatamente na fronteira esquerda ou exatamente na fronteira direita, ou ainda no "interior" esquerdo ou no "interior" direito; os elementos são providos de um intervalo que tem uma distância ou infinita, ou anulada, ou representável. Trata-se de um topologia rudimentar mas suficiente para resolver os problemas no momento.

2. Podemos encontrar a categoria "modalidade":

I. Na asserção, na interrogação, na injunção;

a.- *asserção* - sendo dados classicamente dois valores (verdadeiro/falso ou 0,1 ou Positivo ou Negativo ou ainda  $P/\bar{P}$  (barra de Scheffer) temos um valor ou outro.

Ao nível da asserção só podemos obter um ou outro valor, salvo modulação: "Ele chegou? chegou... não chegou". Fora isto temos qualquer coisa que não é a asserção mas que lhe é compatível: a pergunta.

b.- *interrogação* - Neste caso, apresentamos ao outro os dois valores ( $P/\bar{P}$ ) de tal modo que na resposta se escolha um ou outro, além de se poder também fugir da resposta: não querendo responder, silenciando-se, respondendo através de um "sei lá" que é diferente de "Eu não sei". Esta última possibilidade é importante por que quando falamos, não operamos unicamente com um sistema de dois valores, onde se diz sempre o verdadeiro ou o falso. Há graus de indeterminação, graus de incerteza, recusa de resposta, recusa de colaboração e dizer também que não se quer responder é ainda um modo de responder. E a análise linguística precisa dar conta de tudo isto.

c.- *injunção* - Temos qualquer coisa que não é nem a asserção, nem a interrogação, mas compatível com as duas. Este termo recobre a súplica, a ordem e a sugestão.

II. Neste grupo poderíamos reunir a modalidade que diz respeito ao provável, ao verossímil, ao possível, ao eventual, quer dizer os valores intermediários entre 0 e 1.

III. Modalidade apreciativa - corresponde parcialmente o que na literatura é conhecido como "factividade".

#### IV.-o deôntico

-o querer

-a permissão

.um conduzindo o outro

.um deixando o outro livre para...

.um não fazendo nada para que o outro também não faça

.um indivíduo agindo sobre si mesmo exprime-se no "querer"

3. As operações de determinação (sobretudo, extração e flechagem) têm como suporte uma noção A ou  $(A/\bar{A})$  que é representada em relação a uma situação de enunciação inicial, SIT, quer dizer que temos qualquer coisa como: "Seja dado A", "Falemos a respeito de A", que pode ser ou uma operação de designação ou uma predicação existencial, e que é notada:  $A \in SIT 0$ . Trata-se de uma primeira operação de determinação. Esta noção pode ser qualquer coisa, por exemplo, "ser livro" ou "correr" ou mesmo uma relação mais complexa, simplesmente ela tem a propriedade de não estar quantificada, quer dizer não saturada, ou seja, não tendo ainda um certo número de determinação. Tratando-se de um substantivo, determiná-lo significa submetê-lo a operações de quantificação/qualificação. Tratando-se de uma "relação predicativa" a operação de determinação efetua-se através da designação de um termo de partida e pela maneira como os outros termos da relação organizam-se sobre este termo inicial. Em seguida sobre esta primeira relação, ou seja,  $A \in SIT 0$ , temos uma primeira operação de quantificação notada QT 1 que representa a operação de "extração", operação esta que não distingue entre quantificação e qualificação. Esta operação introduz ou uma cardinalidade ( 1 2 3 ) ou uma alíquota (du,des em francês, *ó* em português) e é notada:

$$( QT 1 \in ( A \in SIT 0 ) )$$

Este conjunto acima representa uma outra situação de enunciação, ou seja SIT 1. Em seguida, sobre este conjunto temos uma segunda operação de quantificação QT2 que consiste em retomar o produto (resultado) da operação QT 1 de modo que haja identificação entre os elementos representados por QT 2 e SIT 1. Trata-se da operação de flechagem, e é notada:

$$( QT 2 \in ( QT 1 \in ( A \in SIT 0 ) ) )$$

Este conjunto representa uma outra situação de enunciação, ou seja, SIT 2.

4. Serão consideradas noções de um primeiro tipo (ex: cavalo, comer, agradável...) representadas por unidades lexicais e serão consideradas noções de um segundo tipo as que correspondem à construção de uma lexis considerada como resultado (por exemplo, por nominalização) susceptível por sua vez de ser escrita em um dos lugares de uma nova "lexis". Chama-se "lexis" o resultado obtido escrevendo um elemento ou um termo em cada um dos lugares de um "esquema de lexis" que se escreverá X,Y,R. Entende-se por "esquema lexis" um esquema abstrato com 3 lugares da forma  $\langle \xi_0 \xi_1 \pi \rangle$ . Estes lugares têm eles próprios uma significação em relação aos outros na medida onde  $\pi$  representa o lugar da relação entre os lugares  $\xi_0 \xi_1$  e onde a significação dos pares de lugares  $(\xi_0 \pi)$ ,  $(\xi_1 \pi)$ ,  $(\xi_0 \xi_1)$  é dado pelo esquema.

(Fuchs & Pêcheux, 1968)

5. Seria preciso refinar o processo e dar as regras que definem a passagem de (a) a (f). Todos os passos que vão da situação 0 à Situação 2 devem ser considerados um contínuo de construção e podemos dizer que se trata de processos de pré-construção do enunciado.

#### REFERÊNCIAS:

- CULIOLI, A., 1968 - La formalization en linguistique, in cahiers pour l'analyse  
\_\_\_\_\_, 1971 - A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des  
langues naturelles, Mathématiques et Sciences humaines, 34, Paris-  
Gauthier-Villars.  
\_\_\_\_\_, 1973 - Sur quelques contradictions en linguistique, Communications, 20 ,  
Paris, Seuil.  
\_\_\_\_\_, 1974 - A propos des énoncés exclamationnels, Langue Française, 22, Paris ,  
Larousse.  
\_\_\_\_\_, 1975 - Notes sur "détermination" et "quantification": définition des opé-  
rations d'extraction et de fléchage, in: Projet interdisciplinaire  
de traitement formel et automatique des langues et du langage.  
Paris VII.  
FUCHS, C., Milner, J., 1979 - "A propos des relatives" SELAF.  
FUCHS, C., Pêcheux, M. 1968 - "Lexis et Métalexis: le problème des déterminants".

ROBERT, M.R.L. 1980 - "Contribuição ao estudo das relativas" - tese de doutorado - Uni  
versidade de Paris VII.

\_\_\_\_\_ 1982 - Relativas: um ponto de encontro entre o lingüístico e o extra-  
lingüístico. Comunicação apresentada no XXV Seminário do GEL - PUC  
Campinas.